

**Palácio da Justiça de Porto Alegre: a longa espera pelo fim, 1952-2006.  
O projeto de Recuperação, Restauração e Readequação do ícone da Arquitetura  
Moderna de Porto Alegre.**

Bárbara Mello  
Arquiteta e Urbanista – UFRGS  
Av. Panamericana 358/904 – Lindóia – Porto Alegre/RS – 91050-000  
Telefone: 51.33409762 – 98142244  
e-mail: [barbaramello@terra.com.br](mailto:barbaramello@terra.com.br)

Cícero Alvarez  
Arquiteto e Urbanista – PROPAR/UFRGS  
Rua Sarmiento Leite, 858/303 – Cidade Baixa – Porto Alegre / RS – 90050-170  
Telefone: 51.35893776 – 81059320  
e-mail: [ciceroalvarez@gmail.com](mailto:ciceroalvarez@gmail.com)

Rodrigo B. Rosinha  
Arquiteto e Urbanista – UFRGS  
Rua Dr. Florêncio Ygartua, 270 | 407 – Moinhos de Vento – Porto Alegre | RS – 90430 010  
Fone/fax: 51,30190305 | Cel 51 8118 6031  
e-mail: [rodrigo.rosinha@gmail.com](mailto:rodrigo.rosinha@gmail.com)

## **Palácio da Justiça de Porto Alegre: a longa espera pelo fim, 1952-2006. O projeto de Recuperação, Restauração e Readequação do ícone da Arquitetura Moderna de Porto Alegre.**

Construído na Praça da Matriz, entre 1953 e 1968, o Palácio da Justiça de Porto Alegre, projeto de Luis Fernando Corona e Carlos Maximiliano Fayet, foi uma das mais importantes obras da arquitetura contemporânea brasileira realizadas no Estado. Todavia, o longo processo de construção e a escassez de recursos alteraram o projeto original, suprimindo diversos elementos importantes para o caráter de Palácio e para o próprio conforto de seus ocupantes. Além disso, ao longo dos anos, várias alterações e deformações ocorreram pelo uso cotidiano e pela falta de critérios de ocupação. Alterações essas que descaracterizaram e até suprimiram espaços importantes do edifício, como o do restaurante no último andar.

Cinqüenta anos após o Concurso Público Nacional de Anteprojetos realizado em 1952 que escolheu o projeto do Palácio da Justiça, o co-autor remanescente, Carlos M. Fayet, foi contratado pelo Tribunal de Justiça do Estado para recuperar, restaurar e readequar o prédio às necessidades atuais da Justiça.

O objetivo deste artigo, feito por integrantes da equipe de projeto e fiscalização da recuperação do Palácio da Justiça, é realizar um relato das etapas, critérios e escolhas que nortearam os trabalhos de 2002 a 2006 que, além de recuperar o prédio, completou o projeto original cinqüenta e três anos após sua concepção.

Entre as referências utilizadas estão o Projeto Original do Concurso de 1952, o Projeto Executivo das décadas de 1950 e 1960, o Projeto Executivo da Recuperação de 2002 a 2006, os contratos de execução da obra original e da recuperação, amplo levantamento fotográfico do período da construção e da recuperação, cadernos da obra, trabalhos acadêmicos sobre o prédio, diversas obras que serviram como referenciais teóricos dos co-autores, dentre os quais o Realismo Socialista e registros diversos incluindo entrevistas com o arq. Carlos M. Fayet, que permitirão analisar a contradição entre o existente e o proposto. Mesmo que controlada pela interferência direta do co-autor original no projeto, surgem as diferenças entre o arquiteto de 22 anos, com forte influência da escola moderna carioca e de Le Corbusier, e o arquiteto maduro de 72 anos.

### **ABSTRACT:**

Built in the Praça da Matriz, between 1953 and 1968, the Palácio da Justiça de Porto Alegre, project by Luis Fernando Corona and Carlos Maximiliano Fayet, is one of the most important buildings of contemporary Brazilian architecture in the State. However, the long construction process and the scarcity of resources had modified the original project, suppressing several important elements for the character of the Palace and the proper comfort of its occupants. Moreover, throughout the years, some alterations and deformations had been made due to daily use and due to lack of occupation criteria. These alterations have changed the characteristics and also have suppressed important spaces of the building, as the restaurant located on the last floor.

Fifty years after the Competition, in 1952, the remaining co-author, Carlos M. Fayet, was hired by the Tribunal de Justiça do Estado do RS to rehabilit the building to the current Justice.

The goal of this work, prepared by integrants of the Palácio da Justiça rehabilitation crew, is to present the stages, criteria and choices that have guided the works of rehabilitation, restoring and completing the original project fifty-three years after its conception.

References include the 1952 Original Project of the Competition, the Executive Project of the 1950 and 1960 decades, the 2002-2006 Executive Project of the Rehabilitation, original building and rehabilitation contracts of execution, ample photographic survey from the construction and rehabilitation periods, academic projects about the building, and several historical records including interviews with architect Carlos M. Fayet, that allow us to analyze the contradictions between the current building and the conceived one. Although these contradictions in the project are limited due to direct interference of the original co-author, differences appear from the 22 year old architect, strongly influenced by the modern Carioca school and the Le Corbusier, to the mature 72 year old architect.

**KEYWORDS:** Arquitetura Moderna; Restauração, Palácio da Justiça

# **Palácio da Justiça de Porto Alegre: a longa espera pelo fim, 1952-2006.**

## **O projeto de Recuperação, Restauração e Readequação do ícone da Arquitetura Moderna de Porto Alegre.**

### **Histórico**

Construído na Praça da Matriz, entre 1953 e 1968, o Palácio da Justiça de Porto Alegre, projeto de Luis Fernando Corona e Carlos Maximiliano Fayet, é uma das mais importantes obras da Arquitetura Contemporânea Brasileira realizadas no Estado. O projeto, denominado “Licurgo”, foi o vencedor de Concurso Público Nacional de Anteprojetos, realizado entre Maio e Dezembro de 1952, organizado pela Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas. O Concurso teve como integrantes da Comissão Julgadora o Desembargador Celso Afonso Soares Pereira pelo Tribunal de Justiça, o arq. Demétrio Ribeiro pelo IAB-RS, o eng. Julio Ribeiro de Castilhos pela SERGS, um membro da secretaria de obras e um membro dos concorrentes.

O Concurso de anteprojetos para o Palácio da Justiça de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, através dos projetos apresentados, deixa evidentes diferenças de formação e valores entre os concorrentes formados pela Escola de Engenharia e pelo Instituto de Belas Artes (IBA). Os dois primeiros lugares são de ex-alunos do IBA e o terceiro de ex-alunos da Escola de Engenharia.

O número de concorrentes é incerto, sabe-se devido a uma matéria publicada no jornal Correio do Povo, em 11 dezembro de 1952, que doze ou treze projetos foram mostrados ao público na exposição, que reuniu projetos de dois concursos no auditório do Correio do Povo. Cinco são os projetos expostos do Concurso do Colégio Júlio de Castilhos, os demais 7 ou 8 são os trabalhos expostos dos concorrentes do Concurso da nova sede do Tribunal de Justiça. Além dos trabalhos expostos, outros podem ter sido eliminados no julgamento e não participaram da exposição.

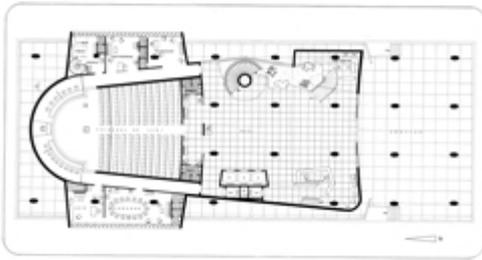
Os projetos que estão no acervo do Memorial do Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul são: Themis, Juris Lex, Grado, Plano Alpha (3º lugar) e Licurgo (1º lugar). Licurgo é o pseudônimo do arquiteto Luis Fernando Corona e do acad. Carlos Maximiliano Fayet (formado somente em 25 de dezembro de 1953) e coordenador do Escritório de Projetos da Barcellos e Cia.; Júrís Lex é proposto pelos arquitetos (IBA) e engenheiros civis Alfredo Leboutte e Mário José Correa e, finalmente, Plano Alfa é projeto dos engenheiros-arquitetos (Escola de Engenharia) Plínio de Oliveira Almeida e Naum Turquenitch.

O Concurso ocorre na segunda era de Getulio Dornelles Vargas na Presidência da República. Quando o clima era de euforia e de grandes perspectivas de desenvolvimento. O

Governo Brasileiro investia no desenvolvimento e na modernização. Grandes obras de infraestrutura urbana e de arquitetura estavam em andamento. Concursos para projetos e para execução de edifícios públicos ocupavam as páginas do Diário Oficial do Estado.

Todavia, o longo processo de construção e a escassez de recursos alteraram o projeto original, suprimindo diversos elementos importantes para o caráter de Palácio e para o próprio conforto de seus ocupantes. Além disso, ao longo dos anos, várias alterações e deformações ocorreram pelo uso cotidiano e pela falta de critérios de ocupação. Alterações essas que descaracterizaram e até suprimiram espaços importantes do edifício, como o restaurante no último andar.

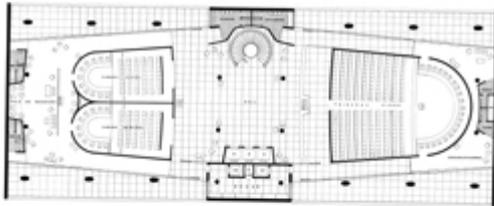
**PJ 3**  
PALACIO DA JUSTIÇA  
PROJETO DE ARQUITETURA



**PJ 5**  
PALACIO DA JUSTIÇA  
PROJETO DE ARQUITETURA



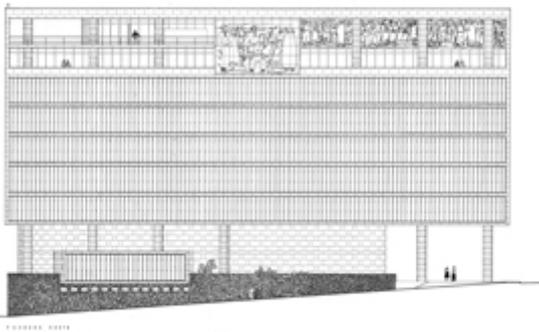
**PJ 10**  
PALACIO DA JUSTIÇA  
PROJETO DE ARQUITETURA



**PJ 11**  
PALACIO DA JUSTIÇA  
PROJETO DE ARQUITETURA



**PJ 16**  
PALACIO DA JUSTIÇA  
PROJETO DE ARQUITETURA



**PALACIO DA JUSTIÇA**  
17



Fig 1-6 – pranchas do concurso 1952  
desenho dos autores

## O Palácio da Justiça: *Concurso e projeto executivo.*

### Partido Geral – *Concurso*

Como é dito pelos autores, no memorial descritivo do concurso realizado em 1952, foi primordial a adoção de um volume simples, pouco alto que estivesse em harmonia com os outros edifícios do poder público no local, e que apresentasse a possibilidade de ter um caráter monumental com a predominância da frente para a praça.

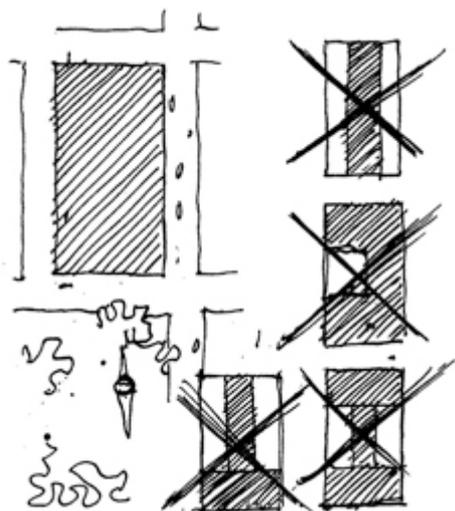


Fig 7 – esquema partido geral  
desenho dos autores

Foi então adotada a idéia de um paralelepípedo regular ocupando integralmente o terreno, destacando as seguintes vantagens:

- Maior área útil por pavimento, ou seja, menor altura do edifício.
- Volume simples ocupando a totalidade da quadra – Monumentalidade.
- Maior superfície de frente para a praça, possibilitando torná-la, realmente, a frente principal sem prejuízo da regularidade da forma.

A orientação solar não foi fator determinante por causa das dimensões e posição do terreno. O problema de insolação na fachada oeste foi resolvido – em projeto – com quebra-sois.

### Aspecto – *Concurso*

Os autores ressaltam, também no memorial descritivo do concurso, que a escolha do partido geral foi norteada com a intenção de dar ao Palácio da Justiça uma forma regular e simples, com aspecto sóbrio e monumental, expressando o poder que ele encerra.

A proposta apresentada, sobrepondo o bloco, corpo do edifício, em uma plataforma, que tira desta a expressão plástica, reforçado pelo desnível, cria um acesso natural e único em frente à praça. Porém o alinhamento exato com o bloco tira da plataforma sua condição essencial, e simplesmente se percebe uma construção em desnível. Coube, portanto diferenciar plataforma e corpo do edifício. O acesso criado toma forma de pórtico, o hall e o Tribunal do Júri configuram um volume especial que soltam o volume superior. Estes dois elementos cumprem a função de manter a condição essencial de cada elemento.

O pórtico de acesso, com pé-direito duplo, cria um grande espaço monumental que atua como centro de atração e conduz à entrada principal do edifício.

A fachada principal, sem aberturas, confere importância e valoriza a colonata de acesso. Já a fachada norte, que também é cega, indica para quem olha o edifício por este ângulo seu caráter secundário, pois não tem o mesmo tratamento da sul. As fachadas laterais destacam a frente principal diferenciando e sugerindo as diversas funções dos espaços interiores.

Os revestimentos externos do edifício – em projeto – vão de encontro às premissas do partido geral, paredes e colunas são revestidas de mármore e granitos denotando sobriedade e monumentalidade e dando vigor ao Palácio.

### Distribuição e circulações – Concurso

Somente duas entradas dão acesso ao edifício, uma para veículos e outra para pedestres, a principal, pela praça valorizando a frente do edifício e estabelecendo um centro de interesse e movimento no pórtico.

A circulação vertical se dá no centro do edifício com a escada helicoidal e a prumada de elevadores, três para o público, um para os desembargadores e outro para funcionários, que distribuem o fluxo de público em cada andar dando acesso a circulação horizontal formada por corredor longitudinal central. Com a distribuição dos serviços com uma mesma finalidade se reduz em muito a necessidade de circulação vertical. Daí a amplitude do hall e corredores nos andares.

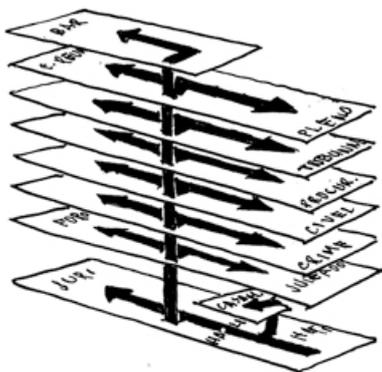


Fig 8 – circulação – desenho dos autores

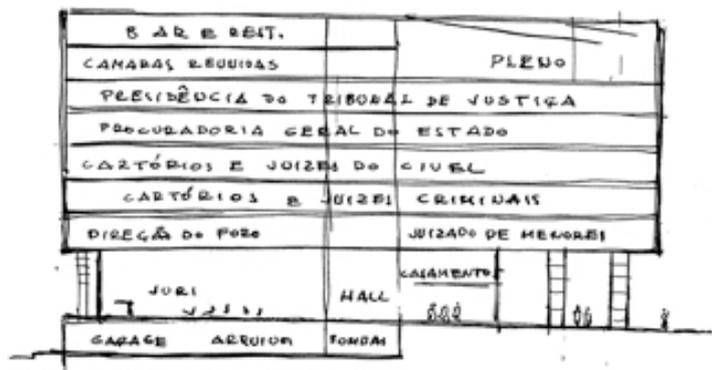


Fig 9 – distribuição – desenho dos autores

A distribuição adotada relaciona a distância em altura com o afluxo de público e situando em um mesmo pavimento os elementos de uma mesma função, distribuídos da seguinte maneira:

### Estrutura e instalações – Concurso

A estrutura independente, exceto nas salas de julgamento, permite a distribuição proporcional dos diversos locais de trabalho e circulação.

A estrutura esta baseada em lajes nervuradas de aproximadamente 40 cm de espessura, sustentada por colunas distanciadas em 7,00m (sentido transversal) e 8,40m (sentido longitudinal), o sub-módulo entre pilares de 1,20m (longitudinal) é aproveitado para a modulação das esquadrias.

Os condutos dos sistemas hidrossanitário, elétrico e de telefonia se distribuem horizontalmente pela laje e verticalmente pelos pilares, pois suas dimensões assim o permitem.

A cobertura do edifício é feita com uma laje impermeabilizada.

A proteção solar na fachada oeste é feita por quebra-sóis de alumínio na cor natural, o que proporciona uma ótima iluminação interna naquele lado.

### **Modificações – Projeto executivo**

Já no princípio existiram mudanças no projeto, seja para adequação de estruturas e equipamentos ou modificações das funções estabelecidas no concurso. Estas modificações geraram mudanças até significativas na plástica e proporção do edifício.

Nos pavimentos térreo, galeria, 6° e 7°, a estrutura possui particularidades para atender os grandes vãos exigidos pelos espaços especiais ali localizados. Para que se fizesse possível o vão livre em ambas as alas do 6° e 7° andar, foi necessária a criação de estruturas especiais. No caso das Câmaras reunidas, ala norte, foi necessário reforço nas vigas que suportam a laje desta área. E no Pleno e restaurante a estrutura lançada foi uma treliça de concreto armado onde está pendurado o forro de ambas as alas e que também suporta a cobertura. No térreo, onde anteriormente se localizava o Tribunal do Júri, hoje ocupado pelo Memorial do Judiciário, há vigas de transição que suportam o carregamento dos pilares da ala norte dos pavimentos tipo, permitindo o vão livre. Na galeria, a laje é nervurada no balanço no sentido sul-norte.

O edifício ganha um coroamento mais alto que o do concurso pelos ajustes sofridos devido à estrutura e equipamento.

Na prumada de elevadores aparece uma unidade a mais de elevador para atender ao público, com isso o espaço entre as esquadrias da fachada oeste e os elevadores aumenta, propiciando assim que sanitários do 1° ao 5° sejam colocados ali. O espaço destinado ao lixo também aumenta.

No 5° andar acontece uma inversão da planta, a biblioteca que estava na ala sul passa a ocupar a ala norte, e recebe uma escada helicoidal que comunica com o 6° pavimento onde estão as câmaras reunidas, propiciando assim o uso da mesma por dois setores. Aparecem shafts nas extremidades das circulações do 1° ao 4° pavimento, para instalações diversas. A planta do restaurante é completamente redesenhada.

A falta de verbas na época não permite que se utilize o granito como revestimento das fachadas, que é substituído por pastilhas cerâmicas 2x2cm respeitando a estereotomia do projeto. As obras de arte, a estátua da deusa Themis que seria colocada na fachada sul e os painéis das fachadas leste e oeste, não são executados devido à mesma questão.

## Os Projetos 2002-2005

### A Escada de Incêndio, a Corregedoria e o Memorial do Judiciário

Por volta de 1998 foi encaminhado um projeto de zoneamento para o Palácio da Justiça ao presidente do Tribunal pela arq. Lídia Fabrício, à época integrante do seu corpo técnico. Ela julgou esta reestruturação necessária, pois o Palácio teve alguns de seus setores transferidos para a outra sede do Tribunal, situado na Av. Borges de Medeiros. No entanto, o presidente arquivou o projeto. Um ano depois, a prefeitura enviou uma notificação ao Tribunal, exigindo a adequação do prédio às normas vigentes de proteção contra incêndio. A arquiteta expôs aos seus superiores que este tipo de adequação não poderia ser feita sem a participação dos co-autores, Carlos Fayet e Luís Fernando Corona\*, e desta vez teve sua sugestão aprovada. Assim foi contratada a Carlos Maximiliano Fayet arquitetos associados (CMFaa) para fazer o projeto. Foi apresentada a proposta de um volume externo ao prédio abrigando uma nova escada a oeste, enclausurada aos setores competentes. No entanto, como a edificação pertence à área de entorno do Theatro São Pedro, que é tombado, foi submetida ao EPHAC, que não aprovou a solução porque entendeu que havia quebra da unidade arquitetônica da fachada do prédio. Com isto o pedido de aprovação foi indeferido e optou-se por uma nova solução.



Figura 10. Vista do Palácio a partir da Praça da Matriz com estudo do volume externo da escada.



Figura 11. Vista aérea do Palácio, com estudo do volume externo e sua descarga no passeio.

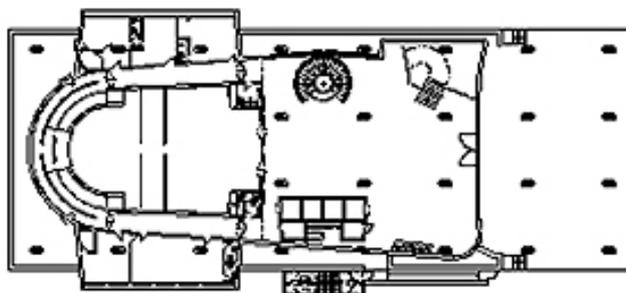


Figura 12. Planta baixa do térreo, indicando a descarga da escada em uma rampa até o passeio.

\* Por parte do co-autor, arq. Luís Fernando Corona, falecido em 1977, Fayet solicitou o aval da família - a quem se transferem os direitos autorais após falecimento - registrado em documento apresentado ao Tribunal.

Para preservar a integridade visual do prédio, ainda garantindo a segurança de seus usuários, foi aprovada a proposta da escada helicoidal existente a leste servir como escada de escape. No entanto, para enquadrá-la no quesito "enclausurada", deveriam ser feitas adaptações para que seu entorno estivesse abrigado do fogo passível de se propagar a partir das alas norte e sul, e caixas dos elevadores, sanitários e shafts a oeste. Estas adaptações foram executadas somente na reforma iniciada em 2003. Para ficar protegida das alas norte e sul, foi fechada com portas de vidro temperado; portas de aço nas portas de pavimento dos elevadores, já protegiam a comunicação entre hall e suas caixas de corrida. E por fim, as portas dos sanitários e shafts foram executadas em madeira maciça e acabamento pintura ignífuga, sendo assim P.R.F., portas resistentes ao fogo.

A partir do ano 2000, por ordem do presidente do Tribunal, foi instalado na ala norte do térreo o Memorial do Judiciário e foi solicitada a redistribuição da Corregedoria que ocupava densamente somente uma ala do 4º pavimento. Após a reforma, ela passou a ocupar o 4º pavimento alas norte e sul, e o 3º pavimento, ala sul. As instalações foram modernizadas e os setores reordenados, otimizando a ocupação das áreas. Após estas reformas, a arq. Lídia, com o apoio do diretor do DEAM, eng. Ernani Bartman, conseguiu respaldo para avançar com os projetos para os demais pavimentos. Assim, manteve-se a parceria do Tribunal com a CMFaa, agora Fayet sendo contratado para prestar consultoria. Em 2001, houve a troca do diretor do DEAM e, em 2002, do presidente do Tribunal, porém a parceria entre a arquiteta e a CMFaa continuou tendo respaldo da cúpula e deu seguimento ao projeto do 5º pavimento, antes ocupado pela presidência. Inclusive voltou a ser solicitado à arquiteta, pela Diretora Ana Pellini, a lista de todos os itens necessários para que o Palácio ficasse completo, e assim foram apresentados os projetos originais do Concurso. Neste mesmo período a arquiteta foi relocada do DEAM ao Memorial, mas mesmo deste outro setor, defendeu a importância do arq. Fayet assumir a restauração do Palácio integralmente. Assim, por determinação da Diretora e do presidente do Tribunal, o contrato de consultoria da CMFaa foi rescindido e em junho de 2002 fez-se o novo contrato, abrangendo a reforma em todo o prédio.

#### A contratação e o escopo de trabalho

Os serviços de projetos de readequação e reforma do Palácio, sob responsabilidade da CMFaa, foram contratados diretamente pelo Tribunal de Justiça do Estado. A licitação fez-se desnecessária, pois Fayet teve os direitos autorais sobre o projeto reconhecidos pelo Tribunal.

A CMFaa teve sob sua responsabilidade os projetos de arquitetura (pavimentos internos e revestimentos externos), interiores (mobiliário), comunicação visual e som e imagem (com apoio das três consultorias: de som para música e equipamentos de gravação, o músico Pedro

Figueiredo, de imagens auditório, projeção de DVD, automação e áudio das projeções, a empresa DTS, e de iluminação cênica, Ângelo Cabeda), além de assumir projeto e execução das artes (a escultura Themis e murais leste e oeste). Sob os demais projetos foi assumida a subcontratação, coordenação e compatibilização; dentre eles, o projeto estrutural (Geraldo Wolff engenharia), elétrico, telefonia, lógica, hidrossanitário, climatização e sistema de segurança / C.F.T.V. (SPM Engenharia), luminotécnico (HS Consultores), serviços de nutrição (Scope), prevenção contra incêndio (Servincêndio) e paisagismo (JP Arte e Paisagem).

Durante a obra, a CMFaa assumiu também o assessoramento à fiscalização. O DEAM, Departamento de Engenharia, Arquitetura e Manutenção do Tribunal, sempre manteve presente e como representante das solicitações do Tribunal seu corpo técnico, especialmente o arq. Marcelo Lacerda. Em função da sobrecarga de trabalhos internos do Judiciário, a fiscalização que seria feita exclusivamente por parte do DEAM não seria suficiente pelo volume de serviços exigidos pela obra. Portanto, a inclusão também da prestação de serviços da CMFaa no contrato foi de suma importância para garantir o fiel cumprimento dos projetos.

#### O Projeto de Complementação do Original

Os compromissos do projeto de complementação estavam distribuídos nos projetos de arquitetura e de artes, elementos propostos no projeto de 1952, porém não executados à época por falta de recursos. No primeiro, deveria ser contemplada a criação do módulo e funcionamento dos quebra-sóis da fachada oeste. O revestimento externo deveria ser feito agora em granito, apesar da estereotomia executada com as pastilhas ter respeitado a proposta original dos autores. No segundo, de artes, deveriam ser feitos os murais leste e oeste e a escultura da deusa da justiça, a Themis.

#### O Projeto de Readequação / Recuperação

Apesar do DEAM representar o Tribunal, a CMFaa teve que entrevistar os funcionários e chefes dos setores destinados a ocuparem o Palácio quando reformado para garantir que suas necessidades fossem contempladas no projeto. Nas entrevistas, foram considerados os cargos de chefia de um setor, a quantificação de funcionários, a atividade desenvolvida em cada espaço e o entendimento sobre as relações pessoais e de espaços informais de convívio. No entanto, em função de trocas de chefias e da própria cúpula do Tribunal, periodicamente renovadas, o programa de necessidades passou por alterações durante projeto, prolongando assim o tempo de elaboração de todos, tanto de arquitetura como complementares. Quando estas solicitações foram

feitas durante a execução, serviços já executados foram desfeitos e refeitos, gerando aditivos ao custo inicialmente previsto na licitação.

Quanto ao resultado do projeto de arquitetura, ele reestruturou todos os setores nas alas norte e sul do prédio. Todas as paredes de alvenaria e divisórias internas às alas foram demolidas e retiradas. Com a reforma os setores teriam layouts adequados e ganhos de área interna em função da utilização de paredes de gesso acartonado, menos espessas.

Houve também ganhos de área em alas inteiras: sobre Memorial do térreo (ala norte), sobre Auditório (7º pavimento ala sul), sobre Restaurante (8º pavimento ala norte). Estas áreas eram residuais, não tinham uso determinado nos projetos do concurso e executivo, foram usadas antes da reforma sem planejamento e estavam em péssimo estado de conservação.



Figura 13. Área sobre Memorial do térreo (ala norte) antes da reforma



Figura 14. 8º pav. com as infiltrações e a extensão das instalações de telefonia antes da reforma



Figura 15. 8º pav. ala norte antes da reforma



Figura 16. 8º pav. ala norte após reforma: aproveitado para depósitos e setores de manutenção; iluminação natural garantida através de domos

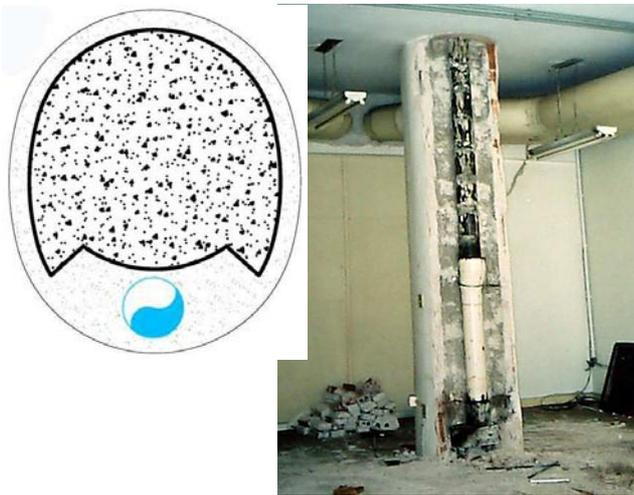


Figura 17. 8º pav. acesso à ala norte antes da reforma



Figura 18. 8º pav. acesso à ala norte após reforma

Quanto aos projetos complementares, foi necessária também a modernização das instalações: sistemas de elétrica, lógica, telefonia, climatização, segurança (C.F.T.V.), automação e iluminação cênica do auditório. A previsão no projeto original dos shafts para instalações e sua localização estratégica no eixo prédio (atrás dos elevadores, na ala central) foi fundamental para viabilizar a passagem entre pavimentos destas novas redes de instalações. Havia também um vazio nos pilares dos pavimentos, por onde se davam as descidas dos pluviais e se manteve este sistema. Quando não se pôde utilizar destes pontos estratégicos para instalações, como nos sanitários, copas e cozinha do restaurante, foram utilizados os sistemas de forro rebaixado, nos dois primeiros casos. Já no caso da cozinha, o piso foi executado elevado para se evitar problemas com instalações hidrossanitárias passando do 7º para o 6º pavimento. O rebaixo de forro para esconder as tubulações foi evitado, pois se houvesse qualquer tipo de vazamento o acesso ao conserto teria que ser feito através do forro da Presidência.



Figuras 19 e 20. Planta baixa e foto mostrando pilar com descidas de pluviais embutido



Figura 21. Base da laje tipo caixão à mostra, corresponde à fôrma da ala norte do 1º pavimento.

A estrutura do Palácio foi projetada e calculada pelo eng. Ivo Wolff, e na reforma atual todos os projetos e cálculos de estrutura metálica e de concreto foram feitos pelo seu filho, eng. Geraldo Wolff. As plantas tipo são em laje nervurada modulada, o que possibilitou a passagem de instalações elétricas entre esses vazios da laje "tipo caixão". As lajes do 6º e 7º são suportadas por grandes treliças de concreto, e também para a laje do 6º (sobre auditório) há tirantes com recobrimento de concreto. Estas treliças foram, após verificação do eng. Wolff, confirmadas para receberem sobrecarga com piso em seus espaços intersticiais - estrutura metálica e placas de painel *Wall*.

A cobertura também foi devidamente recuperada. A impermeabilização sobre a laje de cobertura foi totalmente retirada e refeita, apesar de ter um sistema especial de placas apoiadas sobre pilaretes, que garantiam sua proteção térmica e mecânica. Este sistema foi mantido, adotado no projeto original, porém todas as peças foram trocadas em função da deterioração que sofreram ao longo do tempo. Um item novo proposto no projeto foi o domo de acrílico. Estes domos, em módulos grandes (aprox.1,5x3,0m), cobriram os terraço do restaurante e parte do hall do 7º pavimento, onde antes existia o jardim interno. Podem ser vistos na planta de cobertura no centro e sobre a ala norte. Também foram adotados domos em módulos pequenos, de 1x1m, e estes permitiram, tanto na ala norte como na sul, a iluminação natural constante das áreas previamente à reforma subutilizadas, degradadas e totalmente escuras.

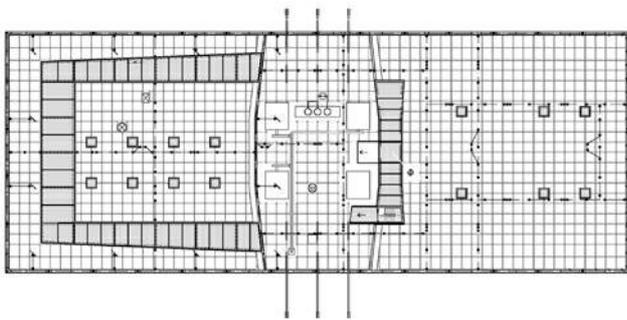


Figura 22. Planta baixa da cobertura: nas alas norte e sul, os domos 1x1m e os domos maiores sobre terraço restaurante e sobre o antigo pátio interno para o qual o hall se abria.

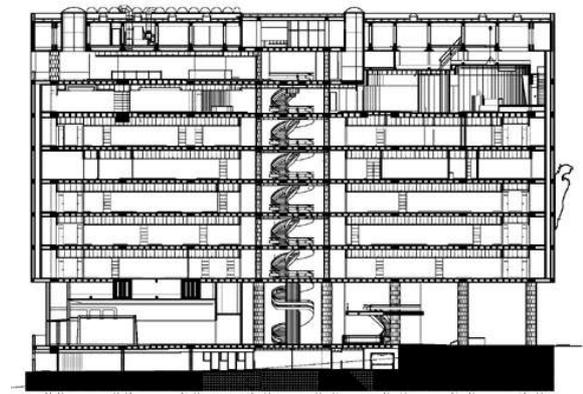


Figura 23. Corte longitudinal do prédio, mostrando último pavimento (8º) cobertos e iluminados pelos domos.

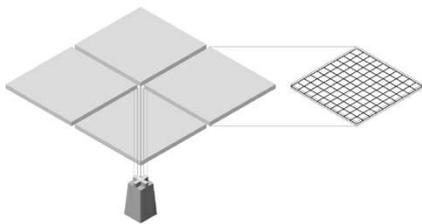


Figura 24. Sistema de pilaretes e placas



Figura 25. Antes: o sistema de pilaretes e placas e o telhado de fibrocimento sobre a ala norte do 7º pav.



Figura 26. Durante a obra: o telhado sendo retirado para posterior limpeza, recuperação das pastilhas de revestimento e colocação dos domos de acrílico

A desregrada expansão dos setores desvalorizando espaços nobres do PJ

A Galeria, mezanino sobre o Térreo, originalmente atendia como "Galeria dos Casamentos". A partir da expansão sem um plano a longo prazo, foi sendo ocupada e seu guarda corpo, antes vazado, passou a ser ocupado por divisórias até o teto, bloqueando a luz que entrava a partir do mezanino para o térreo. Com a reforma a partir de 2003, houve um plano de remanejamento, passando o setor ocupante da galeria, dos Precatórios, para um dos pavimentos tipo e liberando a galeria. Agora é destinada a exposições, e recuperou seu espaço aberto, voltando a iluminar o térreo.



Figuras 27 e 28. O hall no térreo e o mezanino da galeria antes e depois da reforma

Esta expansão aleatória dos setores acabou ocupando outros setores especiais do prédio, mas também como os halls dos pavimentos tipo; eles foram fechados, em torno da escada helicoidal. O setor ficava confinado entre o pano de esquadrias da fachada leste e a forma circular da escada principal, deixando o hall com uma área descaracterizada, sem a imponência da concepção original, e sem, mais importante, sua iluminação e ventilação natural.



Figuras 29 e 30. O padrão do hall do pavimento tipo (nestas fotos, 2º pav.) antes e no final da reforma

Cabe salientar também que os espaços criados com essas "ocupações" eram de péssima qualidade, pois se tratava simplesmente de ganhar área no edifício.

## Obras de arte integradas à arquitetura do Palácio

Foi elaborado no ano de 2005 um plano de complementação do Palácio com locação de obras de arte, sendo elas quadros, esculturas, tapetes... todos elementos de valor artístico a serem integrados ao prédio, como forma de também valorizar os espaços internos e integrar as artes ao mesmo. Assim como no projeto do Concurso, o co-autor procurou integrar as artes à arquitetura do Palácio, tendo o prédio como uma obra de arte como um todo. No entanto, por questões de contenção de despesas, este plano foi arquivado pelo Tribunal.



Figura 31. O hall do 7º pavimento como previsto com obras de arte: à frente, escultura, e ao fundo, no painel existente de pastilhas cor cinza, Fayet propôs que se pintassem as pastilhas existentes uma a uma, formando a imagem correspondente à que de fato se teria se não houvesse a parede de fundo, entre hall e ala sul: a Praça da Matriz, Assembléia Legislativa, Palácio do Governo e Catedral Metropolitana.



Figura 32. O terraço do restaurante com foto inserção de escultura e vegetação do projeto de paisagismo.

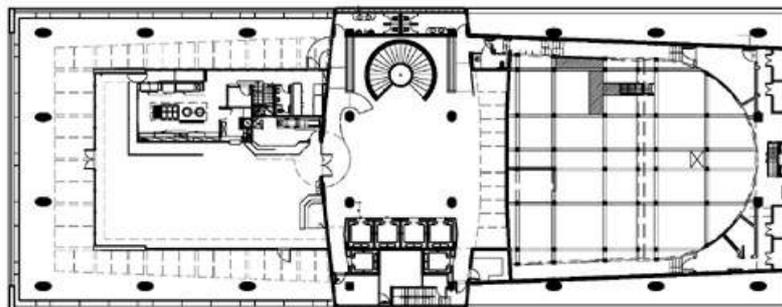


Figura 33. Planta baixa do 7º pav.: ao norte, o terraço em formato “U” reaberto e na proposta de artes previsto para também receber esculturas, cfme. figura anterior; no hall, pode ser vista a parede à direita, que divide este da ala sul, onde seria feito o painel de pastilhas.

## A Execução 2003-2006

Os serviços de execução da reforma do Palácio foram contratados através de licitação, mais de uma em função dos serviços terem sido divididos para racionalizar o andamento da obra e dar a oportunidade destes serem feitos por empresas especializadas em cada setor.

No entanto, antes de iniciarem-se as obras do Palácio, foi feito o projeto de remanejamento. Este foi necessário pois, como no Tribunal deixa-se de trabalhar, e somente em parte de seus setores, no mês de janeiro (férias forenses), seu pleno funcionamento deveria ser preservado sem gerar maiores danos. Assim foi feito o projeto e execução da reforma provisória do 13º pavimento do Tribunal de Justiça à Av. Borges de Medeiros, que abrigou os setores dos primeiros pavimentos a sofrerem intervenção no Palácio, e que portanto ficariam sem locação. A obra de reforma dos pavimentos internos foi feita em duas etapas, gerando duas grandes licitações: a primeira contemplou o térreo, galeria, 3º pavimento ala sul, 4º pavimento hall, 5º, 6º, 7º, 8º pavimentos e cobertura. A segunda contemplou o subsolo, 1º e 2º pavimentos. Esta divisão foi necessária pois havia limites nos custos de licitação, e também para otimizar a coordenação dos serviços de execução. O prédio não poderia ser evacuado em todos seus pavimentos simultaneamente. Quando a segunda etapa se iniciou, os setores que ocupavam estes andares mais baixos foram relocados para os finalizados do prédio. Os setores puderam retornar aos seus devidos locais previstos em projeto, porém este retorno se deu paulatinamente, à medida que os pavimentos eram finalizados. Infelizmente, setores especiais que ocupam alas inteiras e privilegiadas do Palácio, como o restaurante na ala norte do 7º pavimento e a presidência também na ala norte do 6º pavimento, não foram de fato ocupadas até hoje. O presidente da atual administração ignorou a reforma da presidência, reforma esta que tinha também como intenção devolver ao Palácio o caráter de prédio representativo do Judiciário, onde deveria ficar a cúpula do mesmo. O presidente optou por se manter no prédio do Tribunal da Borges de Medeiros.

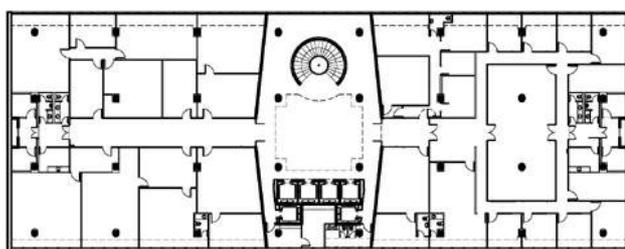


Figura 34. Planta baixa do 5º pav.: a densa ocupação dos setores, como padrão dos pavimentos tipo

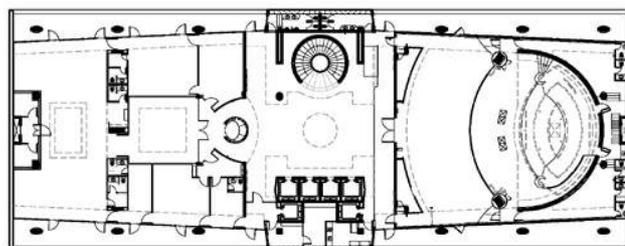


Figura 35. Planta baixa do 6º pav.: a ala norte prevista mas não ocupada da ampla presidência

A empresa responsável pela reforma interna era chamada pelo arq. Fayet, nas reuniões, de “porta aviões”. Apesar da metáfora, era exatamente a figura de linguagem que retratava a organização da execução. Esta era a Construtora J.Martins, até então tinha ótima reputação perante o Tribunal em função de obras feitas previamente em outros prédios do judiciário gaúcho e inclusive no próprio Palácio, em 2001, na reforma do Memorial do Judiciário e da Corregedoria. Ela assumiu a planilha de custo mais elevado, e o termo “porta aviões” é porque ela coordenaria os principais serviços e daria o ritmo da obra para as outras duas empresas.

As outras duas empresas eram especializadas nos serviços externos. A primeira era responsável pelos revestimentos (fornecimento, colocação e recuperação, onde se fazia necessária, das placas de granito das fachadas, dos pisos de granito dos terraços e pilotis e do mármore dos pilares). Já a segunda, era pelas esquadrias e quebra-sóis em alumínio (fachadas). Os revestimentos foram assumidos pela empresa Carlos Frederico Müller, vencedora da licitação, com fornecimento das pedras pela Iguaçu Mármore e Granitos, enquanto que as esquadrias e quebra-sóis foram assumidos pela empresa Zol, vencedora deste outro segmento, com gerenciamento da obra pela Divratec.

Os revestimentos mantidos (subsolo, térreo e forros em pastilha) receberam tratamento tanto para fins de recuperação estética como para que as infiltrações existentes fossem eliminadas. Os terraços (térreo, 6° e 7° ala norte) também foram recuperados com tratamento dos revestimentos de piso (granito colorado gaúcho recuperado), de parede (granito cinza novo) e de forro (pastilhas recuperadas). Ao terraço do 7° pavimento se deu especial atenção pois ao longo dos anos este espaço foi fechado e ocupado por setores que se expandiram sem planejamento estratégico. Na reforma ele foi aberto com zenitais (domos) para iluminação dos espaços sobre o restaurante e sobre o auditório.



Figura 36. Antes: o revestimento existente de pastilhas com a estereotomia marcada também por pastilhas, porém de cor cinza escuro, e as esquadrias antigas.



Figura 37. Depois: o revestimento de granito com a estereotomia marcada por juntas com selante à base de poliuretano, e as esquadrias novas de alumínio.



Figura 38. Antes: as linhas de esquadrias da ala norte (à esq.) do 6° e 7° pavimentos trazidas até à fachada, ocupando os terraços; o mural oeste e os quebra-sóis inexistentes.



Figura 39. Depois: a linha das esquadrias voltou ao limite dos terraços abrindo o vão aberto coberto da extensão do restaurante; o mural e os quebra-sóis já instalados.

As esquadrias foram substituídas por novos módulos. O modelo e funcionamento foram mantidos, entretanto, as esquadrias novas, executadas também em alumínio, não corresponderam às expectativas. Coube à fiscalização exigir por reparos nos acabamentos, dentre eles, vedações de piso e forro e entre peças (o encaixe tipo “meia esquadria” em muitas peças apresentou frestas por falta de alinhamento). Também o funcionamento, tipo guilhotina, foi checado esquadria por esquadria na planilha da fiscalização (aproximadamente 750 esquadrias, sendo 106 por cada pavimento tipo). Assim puderam ser exigidas da empresa executante revisões de manutenção, que na maioria das vezes tiveram que ser feitas nos cabos do sistema de guilhotina.

Em função do cronograma de projetos, a etapa dos revestimentos externos foi finalizada antes da reforma dos pavimentos e das esquadrias, até mesmo porque o volume de detalhamento era menor. Assim a primeira empresa a entrar na obra, na verdade, foi a dos revestimentos, em meados de 2003. A partir daí deu-se início à fiscalização da obra, assumida pela equipe do arq. Fayet.

Também em 2003 iniciou-se o projeto chamado de “instalações provisórias”. Este consistia no projeto do canteiro de obras, contemplando os tapumes, portões, bandejas de proteção, andaimes fixos e elétricos, containeres (quantificação, localização e definição da ocupação – empresa 1, 2 ou 3), elevador, e inclusive as placas de obra, padronizadas. Após uma série de reuniões, com estudos apresentados de andaimes fixos tubulares e suspensos de acionamento manual, foi definido como ideal para uso nas fachadas o andaime elétrico. Este permitiria a movimentação com acionamento elétrico tanto no sentido vertical como horizontal. Assim, otimizou de forma significativa a colocação das placas de granito e das esquadrias e quebra-sóis das fachadas. Inclusive a empresa executante dos revestimentos externos decidiu adquirir o equipamento para uso em demais obras. Quanto ao elevador, ele teve seu uso reduzido, pois a obra já havia começado quando somente então foi solicitada sua liberação à prefeitura. A demora na

aprovação, por ter sido um equipamento de tecnologia mais avançada e desconhecida pela prefeitura, acabou acarretando demora na obra, que estava na etapa de retirada de entulhos de demolição. Foram feitas as retiradas através de tubo instalado na fachada e também através do elevador de serviço do prédio, que teve que ser revisado ao final da obra em função do alto grau de desgaste.



Figura 40. O sistema de contrapeso do andaime elétrico, fixado na cobertura, que corria paralelamente à platibanda.

#### A fiscalização e os livros de ordens

Desde o primeiro dia de obra, a presença da equipe Fayet no Palácio era constante. Passou a ser diária no final de 2003, quando o arq. Fayet contratou uma arquiteta sênior e uma acadêmica de arquitetura para ficarem todas as tardes na obra. Suas atividades, além da fiscalização, eram também abastecer a equipe do escritório com informações da obra, medidas in loco, andamento dos serviços, urgência ou alteração de prioridades, já que o detalhamento da obra ainda estava em andamento no escritório.

O controle dos serviços em andamento, as solicitações feitas tanto a partir da fiscalização como das executantes ou do cliente (Tribunal), atas de reuniões e croquis resolvendo questões de obra foram registrados nos Livros de Ordens. Estes Livros eram numerados por página e estas eram duplas; na primeira via, registros originais a caneta, na segunda, cópia com carbono. Cada registro diário feito era seguido da rubrica do responsável por parte da executante referida e do responsável pela fiscalização. A primeira via era mantida no Livro, à disposição de todos envolvidos na obra, na sala da fiscalização, localizada no próprio Palácio. Já a segunda era entregue ao executante. Assim eram garantidas combinações feitas em obra, descartando assim desentendimentos e facilitando a todos quando definições antigas deveriam ser confirmadas e lembradas.

Com a extensão do período de execução das obras também se fez necessária a renovação do contrato de fiscalização. Houve resistência do Tribunal para firmar esta renovação, questionando a necessidade de haver uma empresa (Fayet) assumindo esta posição além do DEAM. Mas o próprio DEAM ratificou a importância da renovação do contrato, que era

indispensável para garantir os serviços das empresas executantes a permanência diária de fiscais de obra. À medida que se foi chegando à conclusão de etapas de execução, a fiscalização também passou a fazer os desenhos as-built. Porém, com a proximidade do final da obra, quando se fez necessária outra renovação de contrato com a fiscalização, novamente o Tribunal teve resistência e desta vez deixou de renovar definitivamente com a equipe Fayet, solicitando ao DEAM que assumisse a totalidade dos serviços de fiscalização e as-built.

## Considerações sobre conservação e documentação

O processo de Recuperação do Palácio da Justiça de Porto Alegre, além da readequação, recuperação e restauração do próprio edifício, desencadeou uma série de pesquisas tanto acadêmicas, quanto do Memorial do Judiciário, como da própria equipe. Antes disso, os dados eram esparsos, algumas informações estavam incorretas, o projeto executivo era confundido com o do Concurso de 1952, a própria data do concurso era ignorada (pensava-se em 1953), a documentação do projeto executado não era confiável. O próprio DEAM não possuía um levantamento atualizado, o que obrigou a equipe da CMFaa a levantar praticamente todo o edifício com base no projeto estrutural redesenhado e verificado, a partir dos originais em vegetal da época. Hoje se tem conhecimento do edital do concurso e das diferentes versões de projeto, seja a do concurso, a do executivo, com suas alterações, as das inúmeras reformas internas feitas à revelia dos co-autores, e das que foram executadas pela equipe de Recuperação da CMFaa.

Ao contrário do que acontecia há anos atrás, hoje se têm os dados confiáveis do prédio. A própria experiência atual, devido às novas tecnologias disponíveis, permitiu o levantamento fotográfico de todas as etapas da obra de 2002 a 2006, inclusive da construção da deusa Themis desde os processos manuais em argila até a utilização dos processos digitais e de impressão para o molde 1/1. Devido à recente experiência, a confirmação dos fatos ocorridos também é possível pela presença de pessoas que vivenciaram o processo e podem relatá-lo com todas as suas nuances tanto políticas, como sociais, históricas e arquitetônicas.

O arquiteto Fayet, ao longo do processo de projeto e execução de 2002 a 2005, por diversas vezes repetiu o gesto de colocar o capacete simulando um processo de volta ao tempo, para tentar buscar o que teria decidido nas situações de projeto e execução se fosse o Fayet de 1952. No entanto, ao longo do tempo invariavelmente todos sofremos mudanças e assim nossas decisões. Sendo assim, o Palácio da Justiça, finalizado simbolicamente em 2005 com a colocação da Themis, teve este tempo de longa espera, e durante este tempo um de seus co-autores sofreu mudanças que acabaram sendo incorporadas à obra.

Um destes pontos que pode ser avaliado é que a diferença de conceitos na intervenção gerando ruídos em relação à concepção original de 1952: elementos pós-modernos num prédio moderno. Em função de, no início do século XXI, o prédio precisar de novos sistemas e instalações para funcionar adequadamente, recursos como rebaixos de forro e recortes em alvenarias foram utilizados. Estes que não deveriam aparecer num prédio se puramente moderno fosse. Também em decorrência de a partir do ano 2000 o arq. Fayet ter sua contribuição ao Palácio por meio de consultoria prestada ao DEAM, representado pela arq. Lídia, pode-se também justificar a presença destes novos elementos pela participação da arquiteta como co-autora, além do próprio Fayet e Corona.

## BIBLIOGRAFIA

- ADUFRGS – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Universidade e repressão: Os expurgos na UFRGS. Porto Alegre: L&PM, 1979.
- AXT, Gunter e DE LA TORRE, Márcia (org.). Histórias de Vida – Representações do Judiciário. Vol. III. Porto Alegre : Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Memorial do Judiciário do Rio Grande do Sul, 2003.
- BAHIMA, Carlos Fernando Silva. Edifício moderno brasileiro : a urbanização dos cinco pontos de Le Corbusier 1936-57. 2002. 217 p. : il.
- BANHAM, Reyner. Teoria e projeto na primeira era da maquina. Sao Paulo: Perspectiva, 1960. 515p. : il.
- BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004. 261 p. : il. 17/03/2006
- CAMPELO, Cristina de Lorenzi. A produção arquitetônica dos egressos da escola de engenharia e do instituto de belas artes no período de 1949 a 1952. In: Salão de Iniciação Científica (3 : 1991 : Porto Alegre). Trabalhos Apresentados. Porto Alegre: UFRGS, 1991. p.35
- CANEZ, Anna Paula Moura. Edifício do palácio da justiça: avaliação do desempenho climático. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, Propar, 1994. ca.20p. : il.
- CARNEIRO, Luiz Carlos & PENNA, Rejane. Porto Alegre – de aldeia a metrópole. Porto Alegre: Marsiaj Oliveira/Oficina da História, 1992.
- COMAS, Carlos Eduardo Dias. Precisoões brasileiras : sobre um estado passado da arquitetura e urbanismo modernos : a partir dos projetos e obras de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, MMM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira & Cia., 1936-45. 2002. Tese de Doutorado. Doutorado em Le Projet Architectural et Urbain, Universite de Paris VIII, U.P. VIII, França. Orientador: Philippe Panerai
- CORONA, Luís Fernando. O Ensino da perspectiva e o artista plástico – Tese de concurso para professor catedrático da cadeira de perspectiva e sombras dos cursos de pintura e escultura do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1957.
- Da necessidade do moderno : o futuro da Porto Alegre do século passado. Porto Alegre: Unidade Editorial Porto Alegre, 2002. 171 p. : il.
- EDITORIAL. Espaço, Porto Alegre, n.4, s/p., dezembro 1949.
- FÉLIX, Loiva Otero, GEORGIADIS, Carolina e SILVEIRA, Daniela Oliveira (org.). Tribunal de Justiça do RS: 125 Anos de História 1874 – 1999. Porto Alegre : Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Projeto Memória do Judiciário Gaúcho, 1999.
- IORE, Renato Holmer. *Arquitetura Moderna e Ensino de Arquitetura: Os Cursos em Porto Alegre de 1945 a 1951*. 1992. Dissertação de Mestrado em História, PUC/RS. Orientador: Dra. Maria Lúcia Bastos Kern.
- GIEDION, Siegfried. Espacio tiempo y arquitectura : el futuro de una nueva tradicion. 4.ed. Madri: Cientifico-Medica, 1968 825 p
- GRAEFF, Edgar (org.). *Arquitetura Contemporânea no Brasil 2*, Gertum Carneiro Editora, 1948, Rio de Janeiro
- GRAEFF, Edgar (org.). *Arquitetura Contemporânea no Brasil*, Gertum Carneiro Editora, 1947, Rio de Janeiro
- GRAEFF, Edgar. Palácio da Justiça. In: Espaço Arquitetura n.1. Porto Alegre : Grafisul.
- GRAEFF, Edgar. Palácio da Justiça. In: Espaço Arquitetura n.1. Porto Alegre: Grafisul.
- GRAEFF, Edgar. Sobre Arquitetura. Horizonte, Porto Alegre, n.5, p.116-117, maio 1951.
- GRAEFF, Edgar. Sobre Arquitetura. Horizonte, Porto Alegre, n.6, p.170-171, junho 1951.
- HARRIS, Elizabeth Davis. Le Corbusier: riscos brasileiros. Sao Paulo
- HOUAISS, Antônio. Dicionário Eletrônico da Língua Portuguesa, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001
- LE CORBUSIER. El modulator : ensayo sobre una medida armonica a la escala humana, aplicable universalmente a la arquitectura y a la mecanica. Buenos Aires: Poseidon, 1953. 195p. : il.
- LE CORBUSIER. Por uma arquitetura. 2.ed. Sao Paulo: Perspectiva, 1977 205p : il,
- LE CORBUSIER. Precisoões sobre um estado presente de arquitetura e do urbanismo. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. 295 p. : il.
- LEONARDO DA VINCI : tratado de pintura. 2.ed. Madrid: Akal, 1993. 508 p. : il.
- LUCAS, Luis Henrique Haas. *Arquitetura moderna brasileira em Porto Alegre sob o mito do "gênio artístico nacional"* [manuscrito]. 2004. [6], 309 f. : il. 10/01/2006
- MACEDO, Francisco Riopardense de. História de Porto Alegre. 3. edição – Porto Alegre : Editora Universidade / UFRGS, 1999.
- MACHADO, Andréa Soler. O Palácio da Justiça e a Praça da Matriz. In: Cadernos de Arquitetura Ritter dos Reis. Porto Alegre Vol. 2 (out. 2000), p. 73-93: il.
- MAHFUZ, Andrea Soler Machado. Dois palácios e uma praça: a inserção do Palácio da Justiça e do Palácio Farroupilha na Praça da Matriz em Porto Alegre. 1996. 304 p.: Dissertação de Mestrado em Teoria História e Crítica, PROPARG -UFRGS. Orientador: Dr. Carlos Eduardo Dias Comas.

PALÁCIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – Publicação Comemorativa da Instalação do Tribunal de Justiça em sua Nova Sede. Porto Alegre, 1968.

PELLEGRINI, Ana Carolina Santos. Monumento e cidade: construções sociais. 2002. 300 p.: Dissertação de Mestrado em Teoria História e Crítica, PROPAR -UFRGS. Orientador: Dr. Carlos Eduardo Dias Comas. Porto Alegre - de aldeia a metrópole. Porto Alegre: Marsiaj Oliveira e Oficina da História, 1992. 176p. : il. 25/01/2006

RIBEIRO, Demétrio. Sobre a Arquitetura Brasileira. Horizonte, Porto Alegre, n.5, p.145, maio 1951.

Sobre a história do ensino de arquitetura no Brasil. São Paulo: Abea, 1978. 91p. : il

STRÖHER, Eneida Ripoll. Pioneiro Modernista nos Pampas. Au Editora Pini, São Paulo / SP, n. 110, p. 45-49, 2003.

SUMMERSON, John, Sir. A linguagem clássica da arquitetura. 2.ed. São Paulo: M. Fontes, 1994. 148p. : il. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura; ROVATTI, João Farias (org.);

PADÃO, Fabiano Mesquita (org.). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura 1952-2002. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2002. 171 p.

WEIMER, Günter. A Arquitetura. 3. ed. – Porto Alegre : Editora Universidade/UFRGS, 1999.XAVIER, Alberto e MIZOGUCHI, Ivan. Arquitetura Moderna em Porto Alegre. São Paulo : PINI, 1987.